

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CURRÍCULO ESCOLAR: ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DO MARANHÃO

Glaciléia Assunção Oliveira ¹; Jean Pierr de Sousa Viana figueiredo²; Betania Oliveira Barroso ³

¹Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Imperatriz, Maranhão. E-mail: glacileia.assuncao@discente.ufma.br

²Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Imperatriz, Maranhão. E-mail: jean.pierr@discente.ufma.br

³Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Imperatriz, Maranhão. E-mail: betania.barroso@ufma.br

RESUMO

Este estudo analisa como as relações étnico-raciais são abordadas no currículo escolar, por meio da análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma escola da Rede Estadual do Maranhão, a partir da Dimensão Cultural e da Diversidade. O texto parte do seguinte problema: de que forma as relações étnico-raciais estão contempladas no currículo escolar a partir do PPP? A pesquisa adotou abordagem qualitativa, fundamentada em Triviños (1987) e Minayo (2001), articulando pesquisa bibliográfica e análise documental, com base em Cellard (2008), Chizzotti (2000), Fonseca (2002) e Severino (2007). Para a interpretação dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin (2011, 2016), desenvolvida em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação. Os resultados revelam que, embora o PPP apresente discursos de respeito, convivência e diversidade, tais princípios aparecem de forma genérica e não se convertem em ações pedagógicas permanentes. Conclui-se que o documento possui fragilidades significativas no enfrentamento ao racismo, reproduzindo silenciamentos estruturais. Assim, torna-se urgente fortalecer o PPP como instrumento político-pedagógico comprometido com a equidade racial, a valorização das identidades e a transformação social.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico. Relações Étnico-Raciais. Currículo Escolar. Educação inclusiva. Diversidade cultural.

Introdução

O currículo escolar constitui-se como um importante instrumento de organização do trabalho pedagógico e de definição dos conhecimentos que serão socializados no espaço escolar. Nesse sentido, compreender como as relações étnico-raciais são incorporadas aos documentos oficiais da escola torna-se fundamental, especialmente em um contexto marcado por desigualdades históricas e sociais que afetam diretamente a população negra no Brasil.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

A partir da promulgação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, tornou-se obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena em todas as etapas da educação básica. No entanto, conforme aponta o estudo analisado pela Revista Educação e Políticas em Debate com o tema “As dificuldades de implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 no âmbito escolar”, somente a existência da legislação não garante a efetivação dessas temáticas no currículo escolar se considerarmos as práticas pedagógicas fragmentadas e as abordagens superficiais nos documentos institucionais. Nesse contexto, Veiga (1995, p.113) afirma que, “o PPP dá voz à escola e à concretização de sua identidade, de suas racionalidades interna e externa e, consequentemente, de sua autonomia”.

Igualmente, a análise do Projeto Político-Pedagógico possibilita compreender como a temática das relações étnico-raciais é abordada no currículo, evidenciando avanços, limites e desafios para a construção de uma educação comprometida com a valorização da diversidade cultural. Nesse sentido, a concepção de currículo ganha centralidade. Assim, de acordo com Sacristán (2000, p.18) “o currículo é como uma seleção reguladora de conteúdos que serão ensinados e aprendidos. Tudo o que em tese é ensinável e possível de aprender”.

Diante disso, o trabalho parte da seguinte questão central: de que forma as relações étnico-raciais estão contempladas no currículo escolar, considerando a Dimensão Cultural e da Diversidade no Projeto Político-Pedagógico de uma escola da Rede Estadual do Maranhão?

Nessa perspectiva, Macedo (2017, p. 25) “ênfatisa currículo como o principal artefato de concepção e atualização das formações e seus interesses socioeducacionais”. À vista disso, o estudo se justifica pela necessidade de compreender como as relações étnico-raciais estão sendo incorporadas ao currículo escolar por meio do PPP, considerando a Dimensão Cultural e da Diversidade.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com base em Fonseca (2002) e Severino (2007), para o levantamento bibliográfico. Igualmente, com base em Cellard (2008) e Chizzotti (2000) para a análise documental. O estudo baseia-se na análise do Projeto Político-Pedagógico de uma escola da Rede Estadual do Maranhão. Para o tratamento dos dados trabalhamos com a Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin (2011,2016) que possibilitou a interpretação dos discursos, silenciamentos e intencionalidades pertinentes às relações étnico-raciais no currículo escolar.

Dessa maneira, o estudo tem como objetivo analisar como as relações étnico-raciais são abordadas no currículo escolar através do Projeto Político-Pedagógico de uma escola da Rede Estadual do Maranhão, considerando a Dimensão Cultural e da Diversidade, bem como

identificar limites e possibilidades presentes no documento para a construção de uma educação comprometida com a equidade racial.

Desenvolvimento

A inclusão das relações étnico-raciais no currículo escolar

A inclusão das relações étnico-raciais no currículo escolar constitui o elemento central para a efetivação de uma educação comprometida com a valorização da diversidade e com o enfrentamento das desigualdades raciais historicamente produzidas no contexto brasileiro. Nesse sentido, a cultura e o currículo tornam - se espaços de identidade e poder.

Do ponto de vista teórico, Macedo (2017, p.57) destaca que “o processo de construção do currículo reproduz a sociedade, sua estrutura e dinâmica”, seja em níveis classistas, seja em outras formas de hierarquização como exclusões étnico-raciais. Nesse sentido, a ausência ou superficialidade das relações étnico-raciais no currículo contribui para a manutenção da invisibilidade de grupos historicamente subalternizados, reforçando estereótipos e desigualdades.

Portanto, é essencial que o currículo escolar seja reconfigurado para incluir discussões sobre racialidade, cultura e identidade possibilitando que os estudantes se vejam representados e reconheçam a importância de cada grupo na composição da sociedade brasileira.

Análise crítica do Projeto Político-Pedagógico: Resultados e discussão

O Projeto Político-Pedagógico constitui o principal documento orientador da organização curricular e das práticas pedagógicas da escola, expressando concepções de educação, currículo e formação humana.

A análise dos dados foi realizada com base na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011, 2016), seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esse procedimento possibilitou a organização sistemática dos dados extraídos do Projeto Político-Pedagógico (PPP), assegurando rigor metodológico e coerência com os objetivos do estudo.

Na etapa de pré-análise, realizamos a leitura flutuante do documento, selecionando o que compôs o corpus de análise. Em seguida, identificamos os elementos que aparecem com maior frequência no documento. Na fase seguinte, de exploração do material, foram utilizadas categorias preestabelecidas para verificar a presença ou frequência de determinados conceitos (Bardin, 2016). Por último, realizamos o tratamento dos resultados e a interpretação.

Portanto, as categorias foram construídas com base na relação entre o problema de pesquisa e a materialidade textual presente de forma explícita ou implícita nos diferentes marcos do PPP (situacional, filosófico e operativo). Logo, temos as seguintes categorias: 1) concepção de diversidade e diferença no discurso institucional; 2) relações étnicas-raciais no currículo escolar; 3) cumprimento legal das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008; 4) cultura, identidade e pertencimento no PPP ; 5) educação inclusiva e diversidade no documento institucional e , 6) silêncios e ausências sobre as relações étnico-raciais.

Quadro 1 – Categorias de análises das relações étnico-raciais no Projeto Político - Pedagógico

Categoria	Unidade de registro	Unidade de contexto	Síntese interpretativa
Concepção de diversidade e diferença no discurso institucional	- Direito a singularidade - Convivência harmoniosa - Dignidade humana - Inclusão social - Valores humanos - Escola da convivência - Formação da personalidade	Marco Filosófico	Diversidade tratada de forma humanista e universal, ausência da discussão racial
Relações étnico-raciais no currículo escolar	- Projetos pedagógicos temáticos - Gincana: A identidade do povo afro-indígena no Maranhão - Temas transversais e formação cidadã	Marco Operativo	Abordagem pontual, não estruturante no currículo.
Cumprimento legal das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008	- Identidade do Povo Afro-indígena - Temas obrigatórios	Marco Operativo	Atendimento normativo, com pouca transversalidade

Cultura, identidade e pertencimento no PPP	- Identidade da escola - Formação cidadã - Prática social - Convivência social - Integração grupal	Marco Filosófico	Cultura abordada de forma genérica em identidades étnico-raciais
Educação inclusiva e diversidade	- Educação inclusiva - Necessidades educacionais especiais - Currículo flexível - Igualdades de condições - Aprendizagem de todos - Participação plena - Acolhimento da diversidade	Marco Operativo	Inclusão centrada na deficiência sem recorte racial.
Silêncios e ausências sobre as relações étnico-raciais	- Ausência da discussão/reflexão sobre raça, racismo, e discriminação racial - Inexistência de ações contínuas no currículo - Ausência da comunidade negra e indígena local - Ausência de indicadores étnico-raciais nos dados escolares	Documento Integral	Invisibilidade das relações étnico-raciais

Fonte: Projeto Político-Pedagógico

Categoria 1 - Concepção de diversidade e diferença no discurso institucional

A partir da análise do PPP fica evidenciado que o documento mobiliza discursos amplos sobre valores humanos, dignidade humana, direito à singularidade, cidadania e convivência. Reforçando ações que englobam a perspectiva humanista e universal predominante.

Essa configuração evidencia fragilidades na institucionalização das relações étnico-raciais no PPP, reforçando o que Lopes e Macedo (2011) apontam ao problematizar concepções

de diversidade que não enfrentam as relações de poder responsáveis pela produção das desigualdades. Desse modo, o documento analisado limita-se a uma abordagem genérica da diversidade, sem assumir posicionamento político-pedagógico explícito no combate ao racismo estrutural presente no contexto educacional.

Entretanto, essa concepção não explicita as diretrizes pedagógicas sistemáticas voltadas às relações étnico-raciais. A categoria diversidade aparece de forma recorrente, porém desprovida de operacionalização curricular indicando uma compreensão genérica do conceito.

Categoria 2 - Relações étnico-raciais no currículo escolar

Observa-se a predominância de iniciativas sazonais como eventos e projetos, a exemplo da Gincana “a identidade do povo afro-indígena no Maranhão”, além da ausência de propostas de formação continuada voltadas à educação das relações étnico-raciais. Sendo uma configuração que limita a transversalidade curricular e reforça a fragmentação do ensino.

Embora as categorias ações pedagógicas e a formação docente estejam vinculados a discussões sobre desigualdade, respeito e cidadania a análise mostra que não tratam diretamente dos temas relacionados a identidade negra, povo indígena, história afro-brasileira, igualmente, não discute estratégias de enfrentamento ao racismo. Uma vez que são dimensões essenciais da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER). Assim, as ações pedagógicas existentes possuem relação indireta e não configuram um compromisso antirracista estruturado.

Nesse sentido, de acordo com Roberto Sidnei Macedo:

o currículo é como qualquer artefato educacional, atualiza-se os atos de currículo de forma ideológica e, neste sentido, veicula “uma” formação ética, política e cultural, nem sempre explicitado (âmbito do currículo oculto), nem sempre coerente (âmbito dos dilemas, das contradições, das ambivalências, dos paradoxos), nem sempre absoluta (âmbito das derivas, das transgressões), nem sempre sólida (âmbito dos vazamentos, das brechas). É nestes termos que vive cotidianamente, enquanto concepção e prática, a reprodução de ideologias, bem como permite, de alguma forma a construção de resistências, bifurcações e vazamentos. É aqui que o currículo se configura como um produto das relações e das dinâmicas interativas, vivendo e instituindo poderes (Macedo, 2006, p.13).

Essa reflexão evidencia que a ausência de ações pedagógicas voltadas às relações étnico-raciais não ocorre por acaso; trata-se de uma seleção ideológica que escolhe “o que entra e o que fica” de fora do projeto pedagógico. Nessa conjuntura, faz-se necessário compreender que o PPP é um instrumento de poder que guia as práticas pedagógicas. Portanto, é necessário que o educador desenvolva uma visão crítico-reflexiva no sentido de indicar o melhor caminho para a construção do documento.

Categoria 3 - Cumprimento legal das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008

Observa-se ainda a ausência de unidades de registro diretamente relacionadas às relações étnico-raciais, o que revela silenciamentos estruturais no documento analisado. Essa ausência compromete a efetivação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, ou seja, as referidas leis não se configuram como diretrizes estruturantes do currículo escolar.

Contudo, as legislações são mencionadas de maneira pontual, associadas a projetos isolados, sem articulação com a organização curricular ou com políticas institucionais de equidade. Portanto, é um resultado que indica o cumprimento formal da legislação, sem impacto efetivo na prática pedagógica.

Ademais, podemos verificar a tentativa de relacionar o PPP com o processo de reeducação dos sujeitos na perspectiva de valorização da dignidade humana. Porém, identificamos pontos que merecem atenção no sentido de promover de maneira eficaz o conceito de dignidade humana. De modo mais específico, verificamos uma fragilidade no tocante a temas que fomentam a valorização dos sujeitos num contexto social, por exemplo, o trabalho efetivo relacionado a cultura negra, conforme preconizado pela Lei 10.639/03⁴.

De igual modo, a lei em questão descreve, expressamente, no Art. 26-A que: “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. A sua importância pode ser comprovada quando verificamos que ao longo da história brasileira o povo negro foi impedido de ocupar espaços de visibilidade em diversos setores da vida social, cultural e política.

Categoria 4 - Cultura, identidade e pertencimento no PPP

O PPP é um documento construído coletivamente com o princípio fundamental de refletir a realidade local e as tradições; além disso, deve apresentar as características da comunidade estudantil objetivando fortalecer a instituição de ensino. Assim, agregar os valores da cultura, identidade e pertencimento ao PPP é significativo para transformar a escola em um ambiente de valorização da herança cultural no sentido de romper com a homogeneização dos currículos.

⁴ A Lei 10.639, de 9 de novembro de 2003, alterou a Lei 9.394/96. Estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira, e indígena”. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acessado em: 09/12/2025.

Dessa maneira, compreendemos como um dever de uma gestão administrativa e pedagógica das Secretarias de Educação é estimular medidas que colaborem para efetivação e concretização dessa política pública educacional que pode ser entendida também como uma reparação histórica das desigualdades que retiraram do povo negro o direito de ocupar, equitativamente, espaços sociais, culturais e políticos. Segundo Bell Hooks:

Apesar de o multiculturalismo estar atualmente em foco em nossa sociedade, especialmente na educação, não há nem de longe, discussões práticas suficientes acerca de como o contexto da sala de aula pode ser transformado de modo a fazer do aprendizado uma experiência de inclusão. Para que o esforço de respeitar e honrar a realidade social e a experiência de grupos não brancos possa se refletir num processo pedagógico nós como professores, em todos os níveis, do ensino fundamental à universidade, temos de reconhecer que nosso estilo de ensino tem de mudar (Hooks, 2013, p.51).

A autora chama a atenção para a urgência de fazermos uma reflexão crítica da nossa prática pedagógica, no sentido de desconstruirmos o caráter universalista que nos ensinaram durante o nosso processo formativo, em que o pensamento eurocêntrico era um modelo único a ser seguido. Assim, quando visualizamos no PPP da unidade escolar, há uma referência a concepção educacional no que se refere à transformação dos sujeitos, com plena capacidade de exercitar a cidadania, é importante fazer o exercício de refletir criticamente de que educação estamos falando. Ao analisarmos o documento, percebemos que não está evidenciado a sua função mobilizadora das estratégias pedagógicas com enfoque no universo cultural, social e vocabular dos educandos.

Categoria 5 - Educação inclusiva e diversidade

O PPP representa uma abordagem concreta da educação inclusiva, garantida como direito fundamental através de um currículo flexível com igualdades de condições. Contudo, o PPP analisado apresenta apenas recortes relacionados a deficiência, às barreiras pedagógicas e às adaptações curriculares. Nesse sentido, a análise demonstra que a perspectiva de educação inclusiva apresentada no documento não enfatiza o recorte étnico-racial, sublinha apenas necessidades básicas.

Logo, a desigualdade racial e a discriminação étnico-racial desaparecem da discussão proposta pelo PPP no âmbito das políticas inclusivas da escola. Diante desse contexto é relevante destacar que a educação inclusiva tem como ponto de partida as lutas travadas pela educação especial, ainda, é um modelo educacional que retoma o conceito de educação

democrática, visando alcançar uma parcela maior dos estudantes que necessitam dessa atenção especial.

Pensar em uma educação democrática implica desconstruir o pensamento estereotipado que existem sobre os sujeitos, por exemplo os estereótipos construídos historicamente sobre a potencialidade intelectual do povo negro. Assim, é importante a construção de PPP e currículos democráticos para provocar uma ruptura da rigidez do conteúdo curricular que, infelizmente, ainda persiste na educação brasileira.

Categoria 6 - Silêncios e ausências sobre as relações étnico – raciais

Os silêncios identificados no PPP são dados importantes. Observa-se a ausência de um diagnóstico étnico-racial da comunidade escolar, bem como a inexistência de referências a formação continuada de professores voltada para a relações étnico-raciais. Nos referimos a uma formação atenta para a implementação das práticas antirracistas, ao letramento racial e, em especial, ao cumprimento das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. De acordo com Nilma Lino Gomes:

A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se com um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas podem ser superadas. [...] Uma alternativa para a construção de práticas pedagógicas que se posicionem contra a discriminação racial é a compreensão, a divulgação e o trabalho educativo que destaca a radicalidade da cultura negra. Essa é uma tarefa tanto dos cursos de formação de professores quanto dos profissionais e pesquisadores/as que já estão na prática (Gomes,2003, p.77).

As populações negras aparecem de forma indireta e pontual no PPP analisado. Dessa maneira, foi possível identificar a ausência da centralidade dos temas em discussão no Projeto Político-Pedagógico analisado. De tal modo que, apesar dos avanços concernentes a educação democrática as relações étnico-raciais ainda ocupam um lugar irrelevante no currículo escolar analisado.

Conclusões

O estudo evidencia que o Projeto Político-Pedagógico analisado apresenta fragilidades na incorporação das relações étnico-raciais como eixo estruturante do currículo escolar. Constata-se que as menções à diversidade ocorrem de forma genérica, sem articulação com diretrizes curriculares permanentes ou ações pedagógicas sistematizadas.

Observa-se que a abordagem das relações étnico-raciais no documento limita-se a iniciativas pontuais e episódicas, não contemplando de maneira consistente os pressupostos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. A análise revela a ausência de orientações claras quanto à transversalidade curricular e à formação docente voltada à educação das relações étnico-raciais.

Conclui-se que o PPP, embora mobilize discursos de respeito e convivência, não explicita intencionalidade política suficiente para o enfrentamento do racismo estrutural no contexto escolar, o que compromete sua função como instrumento político-pedagógico comprometido com a equidade racial.

Referências Bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: SP, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394/1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394/1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**. n. 23. p. 75-85. ANPED, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/i/2003.n23/>. Acessada em: 27/02/2026.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo: campo, conceito e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo: campo, conceito e pesquisa**. 7. ed. atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. **Centro de Ensino União**. Projeto Político-Pedagógico 2025–2027. Imperatriz, MA: SEDUC, 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Débora K.F.; ALVES, Patrícia F.M. As dificuldades de implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 no âmbito escolar. **Revista Educação e Políticas em Debate**. v. 13, n.2, p. 1-19. Uberlândia/MG, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/69548/38632>. Acessado em: 27/02/2026.

VEIGA, I. P. A. (org.) **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

